

## ESP-CTO. INTEGRADO DE APOIO FINANCEIRO - CIAF

## Edital 13/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	180378-ESP-CTO. INTEGRADO DE APOIO FINANCEIRO - CIAF	ISABELLA COSTA MONTEIRO	10/06/2026 10:06 (v 0.4)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00161013/2026-

## 1. Aquisição de Láureas e Insígnias

PREGÃO  
ELETRÔNICO  
90004/2026  
CONTRATANTE (UASG)  
(180378)

OBJETO  
Aquisição de láureas Insígnias e distintivos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO  
R\$ 9.405,30

DATA DA SESSÃO PÚBLICA  
Dia 26/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:  
menor preço

MODO DE DISPUTA:  
aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS  
SIM

## Sumário

- 1. DO OBJETO 3
- 2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
- 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 4
- 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 6
- 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7
- 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 9
- 7. DA FASE DE JULGAMENTO 13
- 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO 17

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 19
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 20
11. DOS RECURSOS 21
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 21
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 25
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 25

#### CENTRO INTEGRADO DE APOIO FINANCEIRO - CIAF

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

(Processo Administrativo nº 057.00161013/2026-28)

Torna-se público que o(a) Secretaria de Segurança Pública por meio do(a) Centro Integrado de Apoio Financeiro (CIAF) sediado(a) Avenida Cruzeiro do Sul, 260 4º andar, Canindé CEP: 03033-020, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

##### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de de láureas Insígnias e distintivos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

##### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

##### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os grupos 1 ao 3, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos

vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. [Valor unitário e total do item];

5.1.2. Marca;

- 5.1.3. Fabricante;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior/ conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% ( um por cento ).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para

divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicafe;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 7.12. Considerando a exigência de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.
- 8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
- 8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.
- 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.
- 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**
- 10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.
- 11. DOS RECURSOS**
- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico SEI.
- 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
- 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5.% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,07.% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5% a 30.% do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 0,5% a 30.% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 0,5% a 30.% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 0,5% a 30.% do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 0,5% a 30.% do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 0,5% a 30.% do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados



relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: [ciafuge@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:ciafuge@policiamilitar.sp.gov.br)

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no sítio eletrônico na Internet [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.3.8. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº

68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br) opção “NEGÓCIOS PÚBLICOS”

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

14.16.3. ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

São Paulo, data da assinatura digital.

## 2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MAURO EVANGELISTA DE ASSIS JUNIOR**

Subscritor do Edital



Assinou eletronicamente em 10/06/2026 às 10:06:21.



ESP-CTO. INTEGRADO DE APOIO FINANCEIRO - CIAF

Termo de Referência 13/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	180378-ESP-CTO. INTEGRADO DE APOIO FINANCEIRO - CIAF	GABRIEL SANTANA SIQUEIRA NASCIMENTO	04/05/2026 09:20 (v 0.8)
Status	ASSINADO		


Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.0016103/2026-28

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de Láureas, Insígnias e Distintivos da Polícia Militar para a **Diretora de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (DPCDH)**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	COMPRAS .GOV	ITEM/ BEC	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTI DADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
			<p><b>Láurea de Mérito Pessoal de 1º Grau, confeccionada em Metal Esmaltado e Couro Branco, conforme Boletim Geral PMESP Nº 097/2009. (Quadrada).</b></p> <p>Medalhão de metal de três centímetros de diâmetro sobreposto a uma placa de couro, com a seguinte composição:</p> <p>1) um suporte de couro de forma quadrada, pespontado, medindo 3,5 cm de lado, com os cantos levemente arredondados;</p> <p>2) um círculo exterior de 0,35 cm de espessura contendo, em dimensões proporcionais, na parte superior, a inscrição Polícia Militar e na parte inferior a inscrição São Paulo;</p> <p>3) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, uma circunferência de 2,65 cm de diâmetro;</p> <p>4) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, um mapa estilizado do</p>				

1	290655	4535596	<p>Estado de São Paulo, com 1,8 cm de altura e 3 cm de largura;</p> <p>5) sobreposto ao mapa, igualmente concêntrico e em relevo, o Escudo do Brasão de Armas da Polícia Militar, com 1 cm de largura e demais medidas proporcionais.</p> <p><b>CONFECCIONADA EM METAL ESMALTADO E COURO BRANCO, SENDO O ESMALTE NAS SEGUINTE CORES:</b></p> <p>1.1) o círculo exterior de esmalte preto e as inscrições em dourado, limitado por uma bordadura também em dourado;</p> <p>2.2) o círculo interior de esmalte vermelho, limitado por uma bordadura em dourado;</p> <p>3.3) o mapa do Estado de São Paulo, em esmalte branco também limitado por uma bordadura em dourado;</p> <p>4.4) o Escudo do Brasão de Armas da Polícia Militar, nas cores características.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	UNIDADE	10	R\$23,67	R\$236,70
			<p><b>Láurea de Mérito Pessoal de 2º Grau, confeccionada em metal dourado e couro vermelho.</b></p> <p>Medalhão de metal de três centímetros de diâmetro sobreposto a uma placa de couro, com a seguinte composição:</p> <p>1) um suporte de couro de forma quadrada, pespontado, medindo 3,5 cm de lado, com os cantos levemente arredondados;</p> <p>2) um círculo exterior de 0,35 cm de espessura contendo, em dimensões</p>				

2	290655	4535600	<p>proporcionais, na parte superior, a inscrição Polícia Militar e na parte inferior a inscrição São Paulo;</p> <p>3) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, uma circunferência de 2,65 cm de diâmetro;</p> <p>4) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, um mapa estilizado do Estado de São Paulo, com 1,8 cm de altura e 3 cm de largura;</p> <p>5) sobreposto ao mapa, igualmente concêntrico e em relevo, o Escudo do Brasão de Armas da Polícia Militar, com 1 cm de largura e demais medidas proporcionais.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	UNIDADE	15	R\$20,96	R\$314,40
3	290655	4535618	<p><b>Láurea de Mérito Pessoal de 3º Grau, confeccionada em metal prateado e couro vermelho.</b></p> <p>Medalhão de metal de três centímetros de diâmetro sobreposto a uma placa de couro, com a seguinte composição:</p> <p>1) um suporte de couro de forma quadrada, pespontado, medindo 3,5 cm de lado, com os cantos levemente arredondados;</p> <p>2) um círculo exterior de 0,35 cm de espessura contendo, em dimensões proporcionais, na parte superior, a inscrição Polícia Militar e na parte inferior a inscrição São Paulo;</p> <p>3) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, uma circunferência de 2,65 cm de diâmetro;</p> <p>4) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, um mapa estilizado do Estado de São Paulo, com 1,8 cm de altura e 3 cm de largura;</p> <p>5) sobreposto ao mapa, igualmente concêntrico e em relevo, o Escudo do</p>	UNIDADE	15	R\$20,19	R\$302,85

Brasão de Armas da Polícia Militar, com 1 cm de largura e demais medidas proporcionais.



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

**Láurea de Mérito Pessoal de 4º Grau, confeccionada em metal cromado e couro preto.**

Medalhão de metal de três centímetros de diâmetro sobreposto a uma placa de couro, com a seguinte composição:

- 1) um suporte de couro de forma quadrada, pespontado, medindo 3,5 cm de lado, com os cantos levemente arredondados;
- 2) um círculo exterior de 0,35 cm de espessura contendo, em dimensões proporcionais, na parte superior, a inscrição Polícia Militar e na parte inferior a inscrição São Paulo;
- 3) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, uma circunferência de 2,65 cm de diâmetro;
- 4) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, um mapa estilizado do Estado de São Paulo, com 1,8 cm de altura e 3 cm de largura;
- 5) sobreposto ao mapa, igualmente concêntrico e em relevo, o Escudo do Brasão de Armas da Polícia Militar, com 1 cm de largura e demais medidas proporcionais.

4

290655

4535642

UNIDADE 15

R\$20,19

R\$302,85



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

**Láurea de Mérito Pessoal de 5º Grau, confeccionada em metal bronzeado e couro preto.**

Medalhão de metal de três centímetros de diâmetro sobreposto a uma placa de couro, com a seguinte composição:

- 1) um suporte de couro de forma quadrada, pespontado, medindo 3,5 cm de lado, com os cantos levemente arredondados;
- 2) um círculo exterior de 0,35 cm de espessura contendo, em dimensões proporcionais, na parte superior, a inscrição Polícia Militar e na parte inferior a inscrição São Paulo;
- 3) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, uma circunferência de 2,65 cm de diâmetro;
- 4) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, um mapa estilizado do Estado de São Paulo, com 1,8 cm de altura e 3 cm de largura;
- 5) sobreposto ao mapa, igualmente concêntrico e em relevo, o Escudo do Brasão de Armas da Polícia Militar, com 1 cm de largura e demais medidas proporcionais.

5

290655

4535650

UNIDADE 15



R\$20,19




R\$302,85











(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

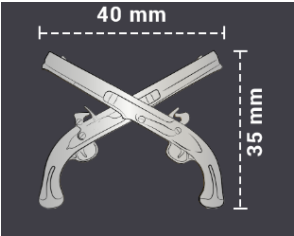

6	600916	4657047	<p><b>Distintivo Bucaneiro para Oficiais em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e dourada, com as bordas costuradas.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	20	R\$11,90	R\$238,00
7	600916	4657039	<p><b>Distintivo Bucaneiro para Praças em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e cinza, com a borda medindo 1mm na cor cinza.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	25	R\$10,63	R\$265,75

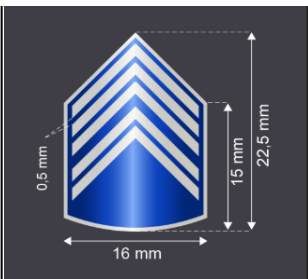
8	600916	4656970	<p><b>Distintivo Divisa para Subtenentes em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e cinza, com a borda medindo 1mm na cor cinza.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	5	R\$10,63	R\$53,15
9	600916	4656962	<p><b>Distintivo Divisa para 1º Sargentos em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e cinza, com a borda medindo 1mm na cor cinza.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	15	R\$10,63	R\$159,45
10	600916	4656954	<p><b>Distintivo Divisas para 2º Sargentos em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e cinza, com a borda medindo 1mm na cor cinza.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidades	20	R\$10,63	R\$212,60

11	600916	4656946	<p><b>Distintivo Divisas para 3º Sargentos em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e cinza, com a borda medindo 1mm na cor cinza.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	20	R\$10,63	R\$212,60
12	600916	5672430	<p><b>Distintivo Divisas para Coronel PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e dourada, com a borda medindo 1mm na cor cinza.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	5	R\$10,63	R\$53,15
13	600916	4657020	<p><b>Distintivo Divisas para Tenente-Coronel PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta, cinza e dourada, com a borda medindo 1mm na cor cinza.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	5	R\$10,63	R\$53,15

14	600916	4657012	<p><b>Distintivo Divisas para Major PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4.</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta, cinza e dourada, com a borda medindo 1mm na cor cinza.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	10	R\$10,63	R\$106,30
15	600916	4657004	<p><b>Distintivo Divisas para Capitão PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e cinza, com a borda medindo 1mm na cor cinza.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	10	R\$10,63	R\$106,30
16	600916	4656989	<p><b>Distintivo Divisas para 1º Tenente PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e cinza, com a borda medindo 1mm na cor cinza.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	10	R\$10,63	R\$106,30

17	600916	4656997	<p><b>Distintivo Divisas para 2º Tenente PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4.</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e cinza, com a borda medindo 1mm na cor cinza.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	10	R\$10,63	R\$106,30
18	486866	5135311	<p><b>Brasão de Armas DPCDH, com Velcro.</b></p> <p>Material: Tecido com Velcro</p> <p>Formato: Trapezoidal</p> <p>Características adicionais:</p> <p>Aplicação: Uniforme da PMESP.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	35	R\$30,90	R\$1.081,50
			<p><b>Distintivos de Policiamento "Bucaneiro" para Praças em Metal</b></p> <p>Medindo 40mm de comprimento por 35 mm de largura, em metal.</p> <p>Sistema de fixação por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente.</p>				

19	446736	4243676	 <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	20	R\$9,24	R\$184,80
20	446736	4243803	<p><b>Insígnia para Subtenentes em Metal</b></p> <p>Medindo 24mm em cada aresta do triângulo com 3 mm de espessura, em metal.</p> <p>Sistema de fixação por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	10	R\$9,85	R\$98,50
21	446736	5672449	<p><b>Insígnia para 1º Sargentos em Metal</b></p> <p>Formato “chevron”, composto por cinco divisas sobrepostas em “V” invertido.</p> <p>Largura total de 16 mm e altura total de 22,5 mm, sendo que a área correspondente às divisas deverá apresentar altura aproximada de 15 mm, com espessura média dos traços de 0,5 mm.</p> <p>Fundo na cor azul em efeito degradê, enquanto as divisas na cor prata ou branco metálico, com acabamento de alto brilho.</p> <p>Sistema de fixação por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente.</p>	Unidade	20	R\$9,50	R\$190,00



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

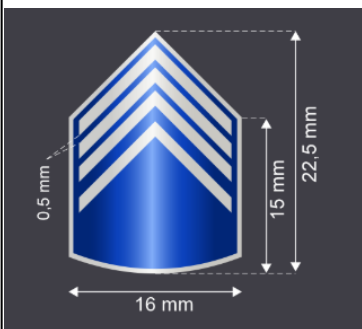
#### Insígnia para 2º Sargentos em Metal

Formato “chevron”, composto por quatro divisas sobrepostas em “V” invertido.

Largura total de 16 mm e altura total de 22,5 mm, sendo que a área correspondente às divisas deverá apresentar altura aproximada de 15 mm, com espessura média dos traços de 0,5 mm.

Fundo na cor azul em efeito degradê, enquanto as divisas na cor prata ou branco metálico, com acabamento de alto brilho.

Sistema de fixação por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente.



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

#### Insígnia para 3º Sargentos em Metal

Formato “chevron”, composto por três divisas sobrepostas em “V” invertido.

Largura total de 16 mm e altura total de 22,5 mm, sendo que a área correspondente às divisas deverá

22

446736

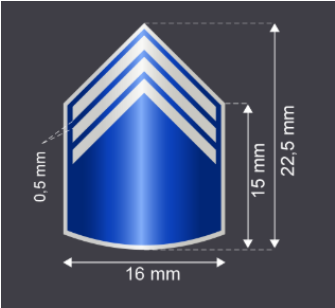
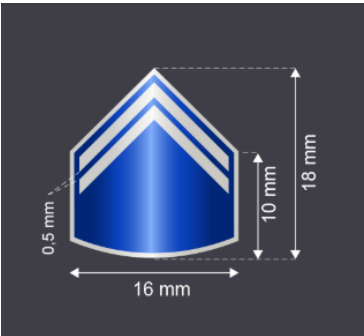
5672457

Unidade

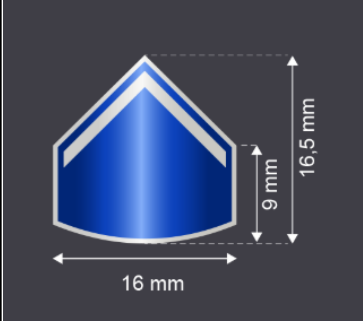
20

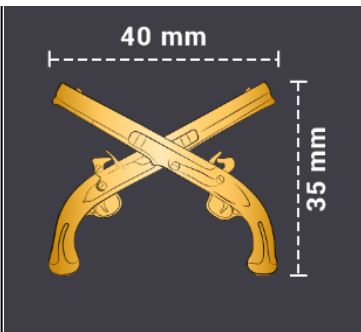
R\$9,15

R\$183,00

23	446736	5672465	<p>apresentar altura aproximada de 15 mm, com espessura média dos traços de 0,5 mm.</p> <p>Fundo na cor azul em efeito degradê, enquanto as divisas na cor prata ou branco metálico, com acabamento de alto brilho.</p> <p>Sistema de fixação por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	20	R\$8,87	R\$177,40
24	446736	4243617	<p><b>Insígnia para Cabo em Metal</b></p> <p>Formato “chevron”, composto por duas divisas sobrepostas em “V” invertido.</p> <p>Largura total de 16 mm e altura total de 18 mm, sendo que a área correspondente às divisas deverá apresentar altura aproximada de 10 mm, com espessura média dos traços de 0,5 mm.</p> <p>Fundo na cor azul em efeito degradê, enquanto as divisas na cor prata ou branco metálico, com acabamento de alto brilho.</p> <p>Sistema de fixação por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente.</p> 	Unidade	20	R\$8,52	R\$170,40



			(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)				
25	446736	4243811	<p><b>Insígnia para Soldado em Metal</b></p> <p>Formato “chevron”, composto por uma divisa em “V” invertido.</p> <p>Largura total de 16 mm e altura total de 16,5 mm, sendo que a área correspondente às divisas deverá apresentar altura aproximada de 9 mm, com espessura média do traço de 0,5 mm.</p> <p>Fundo na cor azul em efeito degradê, enquanto as divisas na cor prata ou branco metálico, com acabamento de alto brilho.</p> <p>Sistema de fixação por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	20	R\$8,17	R\$163,40
26	446568	4243684	<p><b>Distintivos de Policiamento “Bucaneiro” para Oficiais em Metal</b></p> <p>Na cor dourada.</p> <p>Medidas: 40mm de largura e 35 mm de altura.</p> <p>Sistema de fixação por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente.</p>	Unidade	20	R\$12,09	R\$241,80



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

#### **Insígnia para Coronéis PM em Metal**

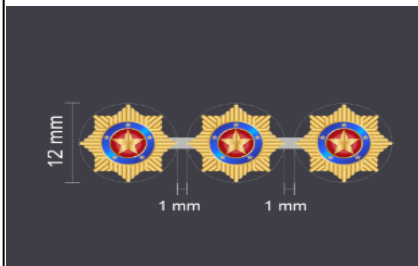
Composta por estrela central de cinco pontas sobreposta a elemento circular, circundada por feixe de raios estilizados. O item deverá possuir diâmetro total aproximado de 12 mm.

Quanto às cores, a estrela central deverá ser na cor dourada, com fundo vermelho e contorno na cor azul, contendo este último 5 (cinco) estrelas pequenas na cor dourada margeando simetricamente a estrela central.

Ao fundo elemento circular com feixes simétricos estilizados na cor dourada com 8 (oito) pontas.

O sistema de fixação deverá ser composto por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente, garantindo firmeza na fixação ao uniforme e permitindo fácil colocação e remoção sem comprometer a integridade do material.

Medidas: 12mm de altura e 1 mm de distância entre cada um dos elementos circulares.



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

#### **Insígnia para Tenente Coronel PM em Metal**

27

446568

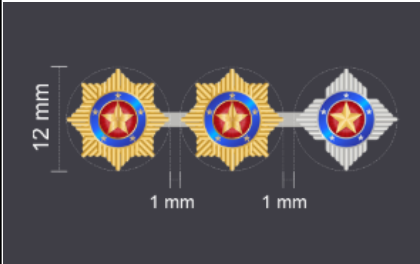
4243790

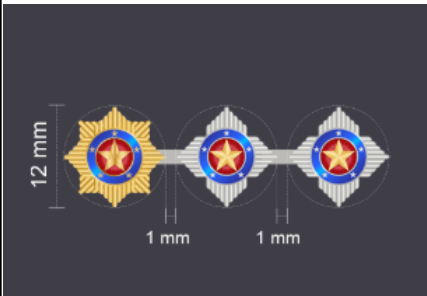
Unidade

10

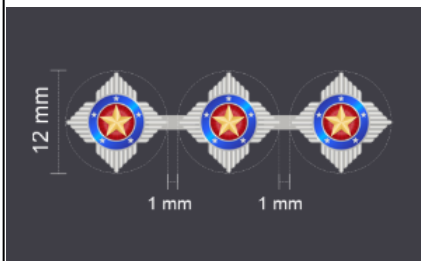
R\$15,61

R\$156,10

28	446568	4243781	<p>Composta por estrela central de cinco pontas sobreposta a elemento circular, circundada por feixe de raios estilizados na cor dourada nas duas primeiras estrelas e na cor prateada na última. O item deverá possuir diâmetro total aproximado de 12 mm.</p> <p>Quanto às cores, a estrela central de cada um dos três elementos deverá ser na cor dourada, com fundo vermelho e contorno na cor azul, contendo este último 5 (cinco) estrelas pequenas na cor dourada margeando simetricamente a estrela cental.</p> <p>Ao fundo elemento circular com feixes simétricos na cor dourada com 8 (oito) pontas nos dois primeiros elementos, e na cor prateada com 4 (quatro) pontas no último.</p> <p>O sistema de fixação deverá ser composto por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente, garantindo firmeza na fixação ao uniforme e permitindo fácil colocação e remoção sem comprometer a integridade do material.</p> <p>Medidas: 12mm de altura e 1 mm de distância entre cada um dos elementos circulares.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	10	R\$15,26	R\$152,60
			<p><b>Insígnia para Major PM em Metal</b></p> <p>Composta por estrela central de cinco pontas sobreposta a elemento circular, circundada por feixe de raios estilizados na cor dourada nas duas primeiras estrelas e na cor prateada na última. O item deverá possuir diâmetro total aproximado de 12 mm.</p> <p>Quanto às cores, a estrela central de cada um dos três elementos deverá ser na cor dourada, com fundo vermelho e contorno na cor azul, contendo este último 5 (cinco) estrelas pequenas na cor dourada</p>				

29	446568	4243765	<p>margeando simetricamente a estrela central.</p> <p>Ao fundo elemento circular com feixes simétricos na cor dourada com 8 (oito) pontas no primeiro elemento, e na cor prateada com 4 (quatro) pontas nos dois último.</p> <p>O sistema de fixação deverá ser composto por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente, garantindo firmeza na fixação ao uniforme e permitindo fácil colocação e remoção sem comprometer a integridade do material.</p> <p>Medidas: 12mm de altura e 1 mm de distância entre cada um dos elementos circulares.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	10	R\$14,92	R\$149,20
30	446736	4243757	<p><b>Insígnia para Capitão PM em Metal</b></p> <p>Composta por estrela central de cinco pontas sobreposta a elemento circular, circundada por feixe de raios estilizados na cor prateada. O item deverá possuir diâmetro total aproximado de 12 mm.</p> <p>Quanto às cores, a estrela central de cada um dos três elementos deverá ser na cor dourada, com fundo vermelho e contorno na cor azul, contendo este último 5 (cinco) estrelas pequenas na cor dourada margeando simetricamente a estrela central.</p> <p>Ao fundo elemento circular com feixes simétricos na cor prateada com 4 (quatro) pontas.</p> <p>O sistema de fixação deverá ser composto por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente, garantindo firmeza na fixação ao uniforme e permitindo fácil colocação e remoção sem comprometer a integridade do material.</p>	Unidade	15	R\$14,53	R\$217,95

Medidas: 12mm de altura e 1 mm de distância entre cada um dos elementos circulares.



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

#### Insígnia para 1º Tenente em Metal

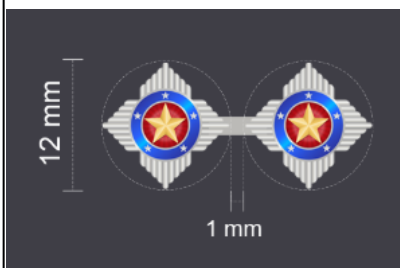
Composta por estrela central de cinco pontas sobreposta a elemento circular, circundada por feixe de raios estilizados na cor prateada. O item deverá possuir diâmetro total aproximado de 12 mm.

Quanto às cores, a estrela central de cada um dos dois elementos deverá ser na cor dourada, com fundo vermelho e contorno na cor azul, contendo este último 5 (cinco) estrelas pequenas na cor dourada margeando simetricamente a estrela central.

Ao fundo elemento circular com feixes simétricos na cor prateada com 4 (quatro) pontas.

O sistema de fixação deverá ser composto por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente, garantindo firmeza na fixação ao uniforme e permitindo fácil colocação e remoção sem comprometer a integridade do material.

Medidas: 12mm de altura e 1 mm de distância entre cada um dos dois elementos circulares.



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

31

446736


4243706

Unidade

15

R\$13,79

R\$206,85

32	446736	4243714	<p><b>Insígnia para 2º Tenente em Metal</b></p> <p>Composta por estrela central de cinco pontas sobreposta a elemento circular, circundada por feixe de raios estilizados na cor prateada. O item deverá possuir diâmetro total aproximado de 12 mm.</p> <p>Quanto às cores, a estrela central do elemento deverá ser na cor dourada, com fundo vermelho e contorno na cor azul, contendo este último 5 (cinco) estrelas pequenas na cor dourada margeando simetricamente a estrela central.</p> <p>Ao fundo elemento circular com feixes simétricos na cor prateada com 4 (quatro) pontas.</p> <p>O sistema de fixação deverá ser composto por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente, garantindo firmeza na fixação ao uniforme e permitindo fácil colocação e remoção sem comprometer a integridade do material.</p> <p>Medidas: 12mm de altura.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	15	R\$11,94	R\$179,10
33	456613	6262970	<p><b>Logomarca da Polícia Militar do Estado de São Paulo</b></p> <p>Material: Tecido com velcro macho e fêmea.</p> <p>Medidas: 80mm de largura x 65 mm altura</p> <p>Cor: Conforme modelo.</p> <p>Aplicação: Uniforme PMESP</p>	Unidade	50	R\$17,20	R\$860,00



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

#### Bandeira do Estado de São Paulo

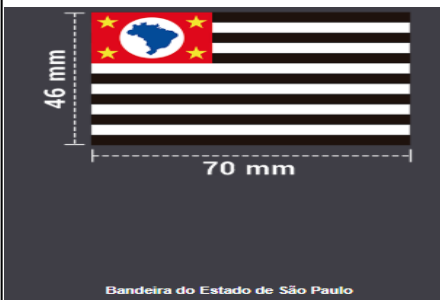
Medindo: 70mm de largura x 46mm de altura

Material: Tecido com velcro macho e fêmea.

Formato: Retangular

Cor: Com as cores da bandeira do Estado de São Paulo.

Aplicação: Uniforme PMESP



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

#### Bandeira do Brasil

Medindo: 65,5 mm de largura x 46 mm de altura

Material: Tecido com Velcro macho e fêmea

Formato: Retangular

Características Adicionais: com as cores da Bandeira do Brasil.

Aplicação: Uniforme PMESP

34

456613

5090342

Unidade

50

R\$17,20

R\$860,00

35

604662

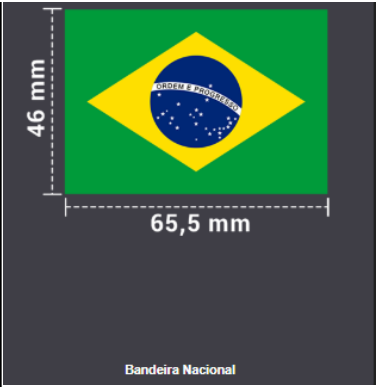
5090342

Unidade

50

R\$20,00

R\$1.000,00

			 <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>				
						TOTAL	R\$9.405,30

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação

1.5. O instrumento substitutivo de contrato (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação

**Subcontratação**

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDAD

### FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Da exigência de amostras

4.1. A CONTRATANTE dispensará a apresentação de amostras para os itens descritos no Termo de Referência. Tal dispensa, contudo, não desonera a CONTRATADA da obrigação de manter estreita coordenação com a CONTRATANTE, visando a validação técnica prévia do cronograma de produção ou prototipagem.

4.2. A execução deverá observar rigorosamente as especificações detalhadas, sendo obrigatória a anuência formal da Fiscalização do Contrato antes do início da produção em larga escala ou entrega definitiva

### Garantia da contratação

4.3. Esta contratação não exige garantia, uma vez que a administração não identificou na fase de planejamento da contratação, eventuais riscos que pudessem ensejar a necessidade de optar por uma das hipóteses previstas nos incisos I, II ou III do parágrafo 1º do art. 96 da Lei 14.133/21.

### Observações

4.4. O material empregado e a mão de obra serão de inteira responsabilidade da Contratada e de primeira qualidade, devendo ser especializada para os serviços ora licitados;

4.5. A Contratada deverá substituir, sem ônus para o Contratante, os produtos que apresentarem defeitos ou vícios de fabricação, não oriundos de mau uso por parte da Contratante, incluídos os custos com transporte.;

### Requisitos de Sustentabilidade

4.6. A Polícia Militar do Estado de São Paulo – PMESP, está comprometida com a sustentabilidade e com a redução dos impactos ambientais de suas atividades. Nesse sentido, a presente licitação prevê requisitos que contribuam para a promoção da sustentabilidade ambiental prevista no Art. 144 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.6.1. a solução proposta deverá priorizar a eficiência energética, incorporando tecnologias de baixo consumo, modos de economia de energia e a utilização de fontes sustentáveis sempre que possível.

4.6.2. a Contratada deverá aplicar em todo o contrato, práticas que priorizem materiais recicláveis, demonstrando o comprometimento com a sustentabilidade.

4.6.3. os materiais fornecidos pela contratada devem estar livres de substâncias perigosas em concentrações acima dos limites estabelecidos pela legislação ambiental aplicável, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs) e éteres difenil polibromados (PBDEs).

4.7. Além disso, a contratada deve apresentar compromissos e garantir que os materiais fornecidos estejam em conformidade com as normas ambientais pertinentes, incluindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), que estabelece diretrizes para a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2. A empresa deverá cumprir o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da emissão da Nota de Empenho para entrega de todos os itens em remessa única.

### Local e horário da prestação dos serviços

5.3. A entrega deverá ser realizada em horário comercial, das 08h00 às 11h30 e das 14h00 às 17h30, de modo a viabilizar o recebimento e a execução dos procedimentos habituais administrativos.

5.4. Os itens deverão ser entregues na Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos (DPCDH), localizada na Avenida Cruzeiro do Sul, nº 260, bairro Canindé, São Paulo/SP – Sala 155, 1º andar, telefone (11) 3327-7755.

### Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

### Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Do recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal /Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

#### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma eletrônica, através do critério de julgamento **MENOR PREÇO**.

#### Forma de fornecimento

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

- 8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital[quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda] Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### Qualificação Econômico-Financeira

- 8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;
- 8.19. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

#### Outras comprovações

8.20. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.21.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.21.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.21.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.21.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.21.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.21.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.21.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 9.405,30 (nove mil, quatrocentos e cinco reais e trinta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado. O valor apresentado neste Estudo é estimado, com base na Pesquisa de Preços nº 17/26, e poderá sofrer ajuste após o certame, em função da proposta vencedora e da efetiva contratação, ocasião em que será realizada a devida reserva orçamentária.

10.2. Esta Contratação não está alinhada com o PCA - 2026, tendo em vista que nos termos do artigo 6º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 67.689/2023, que remete ao artigo 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, e considerando a atualização dos valores estabelecidos por meio do Decreto nº 47/25, verifica-se que o valor estimado para esta contratação está abaixo do limite previsto atualmente, que é R\$ 13.098,41 (treze mil e noventa e oito reais e quarenta e um centavos). Dessa forma, não se fez necessária a sua inclusão no Plano de Contratações Anual do corrente exercício.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SANDRA ALVES DA SILVA**

2º Ten PM Ch Seq Adm



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 09:20:02.

## ESP-CTO. INTEGRADO DE APOIO FINANCEIRO - CIAF

## Estudo Técnico Preliminar 11/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00161013/2026-28

## 2. Descrição da necessidade

**2.1.** Nos termos do artigo 6º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 67.689/2023, que remete ao artigo 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, e considerando a atualização dos valores estabelecidos por meio do Decreto nº 47/25, verifica-se que o valor estimado para esta contratação está abaixo do limite previsto atualmente, que é R\$ 13.098,41 (treze mil e noventa e oito reais e quarenta e um centavos). Dessa forma, não se fez necessária a sua inclusão no Plano de Contratações Anual do corrente exercício.

**2.2.** Considerando a I-21 PM, Instruções para Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial na Polícia Militar, que em seu art. 85 prevê como forma de motivação, reconhecimento e incentivo a realização mensal de um evento destinado a enaltecer os méritos dos integrantes da Unidade, contemplando, entre outros, o "PM do Mês", homenagens de despedida aos novos veteranos e aos aniversariantes do mês, cerimônia esta de obrigatória realização.

**2.3.** Considerando ainda que a DPCDH realiza diversas viagens ao exterior através parcerias firmadas com outras polícias, ou de áreas correlatas, buscando conhecimento e multiplicando os aqui já consolidados, de forma a fortalecer e aprimorar os assuntos relacionados a Direitos Humanos e Polícia Comunitária, pilares da Polícia Militar do Estado de São Paulo, sendo essencial que os militares, enquanto representantes do País no exterior façam uso da Bandeira do Brasil em seu uniforme.

**2.4.** Nesse sentido, a Aquisição de Láureas, Distintivos e Insígnias da Polícia Militar do Estado de São Paulo para a Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos se faz necessária não só para a adequação à norma cogente há pouco citada, mas para a real valorização de seus integrantes enquanto prestadores de serviço público policial-militar que em muito contribui com as pautas sociais mais críticas atualmente, em especial, os direitos e garantias fundamentais dos grupos vulneráveis.

**2.5.** Portanto, a aquisição é justificada pela necessidade de assegurar a valorização adequada dos policiais militares que integram esta Diretoria, ainda em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana e da valorização institucional, promovendo assim o reconhecimento devido e inspirando o bom desempenho profissional.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DPCDH-ADM/P-4	2º Ten PM Sandra

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

**4.1.** O material ofertado será de inteira responsabilidade da Contratada e de primeira qualidade, devendo ser especializada no fornecimento dos materiais ora licitados;

**4.1.1.** A Contratada deverá refazer ou substituir, sem ônus para o Contratante, os itens que apresentarem defeitos de material ou vícios de execução, não oriundos de mau uso por parte da Contratante;

**4.2.** O material deverá estar de acordo com a descrição exigida no **Termo de Referência N° 13/26**, sendo assim, para maiores esclarecimentos entrar em contato com o Setor de Logística da Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos através do número de telefone: (11) 3327-7752, ou através do e-mail dpcdhp4@policiamilitar.sp.gov.br.

4.3. A CONTRATADA deverá ainda observar o seguinte:

4.3.1. Cada item tem sua especificação bem definida que deverá ser minuciosamente observada pelo fornecedor;

4.3.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4 A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos bem como as demais condições estabelecidas.

4.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do material nas dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.6. O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA, incluindo a retirada e a nova entrega com os materiais em conformidade.

**4.7. O serviço deverá ser entregue no seguinte endereço: Av. Cruzeiro do Sul, 260, 1º Andar - Sala 155, Centro Administrativo da Polícia Militar, Bairro Canindé - São Paulo - SP. Os materiais serão entregues dentro do horário de expediente administrativo, de 2ª a 6ª feira, no horário compreendido entre 09h00 às 11h30 e das 14h00 às 17h30.**

### **Requisitos de Sustentabilidade**

4.8. A Polícia Militar do Estado de São Paulo – PMESP, está comprometida com a sustentabilidade e com a redução dos impactos ambientais de suas atividades. Nesse sentido, a presente licitação prevê requisitos que contribuam para a promoção da sustentabilidade ambiental prevista no Art. 144 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.8.1. A solução proposta deverá priorizar a eficiência energética, incorporando tecnologias de baixo consumo, modos de economia de energia e a utilização de fontes sustentáveis sempre que possível.

4.8.2. A Contratada deverá aplicar em todo o contrato, práticas que priorizem materiais recicláveis, demonstrando o comprometimento com a sustentabilidade.

4.8.3. Os materiais fornecidos pela contratada devem estar livres de substâncias perigosas em concentrações acima dos limites estabelecidos pela legislação ambiental aplicável, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs) e éteres difenil polibromados (PBDEs).

4.9. Além disso, a contratada deve apresentar compromissos e garantir que os materiais fornecidos estejam em conformidade com as normas ambientais pertinentes, incluindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), que estabelece diretrizes para a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos.

### **Da exigência de amostras**

4.10. A CONTRATANTE dispensará a apresentação de amostras para os itens descritos no Termo de Referência. Tal dispensa, contudo, não desonera a CONTRATADA da obrigação de manter estreita coordenação com a CONTRATANTE, visando a validação técnica prévia do cronograma de produção ou prototipagem.

4.11. A execução deverá observar rigorosamente as especificações detalhadas, sendo obrigatória a anuência formal da Fiscalização do Contrato antes do início da produção em larga escala ou entrega definitiva.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Há no mercado grande gama de empresas que trabalham com a oferta dos materiais pretendidos, e como são itens de fácil personalização e características comuns de mercado, a aquisição por meio da modalidade de licitação pregão se mostra adequada. Dessa forma a melhor solução foi a aquisição das Láureas, Distintivos e Insígnias da Polícia Militar, de forma que atenderá à necessidade pretendida respeitados as características técnicas de cada item.

5.2. Além disso, por se tratar de bens comuns, ou seja, cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, a forma de contratação que melhor corresponde aos atuais ditames legais



respeitando aos princípios constitucionais observados no art. 37º CF/88, principalmente em razão da legalidade e eficiência é a modalidade do pregão conforme art. 29 caput da Lei Federal Nº14.133/21:

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução adequada é a Aquisição de Láureas, Insígnias e Distintivos da Polícia Militar do Estado de São Paulo da Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (DPCDH), conforme especificações na tabela abaixo:

ITEM	COMPRAS. GOV	ITEM /BEC	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	290655	4535596	<p><b>Láurea de Mérito Pessoal de 1º Grau, confeccionada em Metal Esmaltado e Couro Branco, conforme Boletim Geral PMESP Nº 097/2009. (Quadrada).</b></p> <p>Medalhão de metal de três centímetros de diâmetro sobreposto a uma placa de couro, com a seguinte composição:</p> <p>1) um suporte de couro de forma quadrada, pespontado, medindo 3,5 cm de lado, com os cantos levemente arredondados;</p> <p>2) um círculo exterior de 0,35 cm de espessura contendo, em dimensões proporcionais, na parte superior, a inscrição Polícia Militar e na parte inferior a inscrição São Paulo;</p> <p>3) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, uma circunferência de 2,65 cm de diâmetro;</p> <p>4) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, um mapa estilizado do Estado de São Paulo, com 1,8 cm de altura e 3 cm de largura;</p> <p>5) sobreposto ao mapa, igualmente concêntrico e em relevo, o Escudo do Brasão de Armas da Polícia Militar, com 1 cm de largura e demais medidas proporcionais.</p> <p><b>CONFECCIONADA EM METAL ESMALTADO E COURO BRANCO, SENDO O ESMALTE NAS SEGUINTE CORES:</b></p> <p>1.1) o círculo exterior de esmalte preto e as inscrições em dourado, limitado por uma bordadura também em dourado;</p>	UNIDADE	10	R\$23,67	R\$236,70

- 2.2) o círculo interior de esmalte vermelho, limitado por uma bordadura em dourado;
- 3.3) o mapa do Estado de São Paulo, em esmalte branco também limitado por uma bordadura em dourado;
- 4.4) o Escudo do Brasão de Armas da Polícia Militar, nas cores características.



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

**Láurea de Mérito Pessoal de 2º Grau, confeccionada em metal dourado e couro vermelho.**

Medalhão de metal de três centímetros de diâmetro sobreposto a uma placa de couro, com a seguinte composição:

1) um suporte de couro de forma quadrada, pespontado, medindo 3,5 cm de lado, com os cantos levemente arredondados;

2) um círculo exterior de 0,35 cm de espessura contendo, em dimensões proporcionais, na parte superior, a inscrição Polícia Militar e na parte inferior a inscrição São Paulo;

3) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, uma circunferência de 2,65 cm de diâmetro;

4) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, um mapa estilizado do Estado de São Paulo, com 1,8 cm de altura e 3 cm de largura;

5) sobreposto ao mapa, igualmente concêntrico e em relevo, o Escudo do Brasão de Armas da Polícia Militar, com 1 cm de largura e demais medidas proporcionais.

2

290655

4535600

UNIDADE

15

R\$20,96

R\$314,40



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

**Láurea de Mérito Pessoal de 3º Grau, confeccionada em metal prateado e couro vermelho.**

Medalhão de metal de três centímetros de diâmetro sobreposto a uma placa de couro, com a seguinte composição:

1) um suporte de couro de forma quadrada, pespontado, medindo 3,5 cm de lado, com os cantos levemente arredondados;

2) um círculo exterior de 0,35 cm de espessura contendo, em dimensões proporcionais, na parte superior, a inscrição Polícia Militar e na parte inferior a inscrição São Paulo;

3) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, uma circunferência de 2,65 cm de diâmetro;

4) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, um mapa estilizado do Estado de São Paulo, com 1,8 cm de altura e 3 cm de largura;

5) sobreposto ao mapa, igualmente concêntrico e em relevo, o Escudo do Brasão de Armas da Polícia Militar, com 1 cm de largura e demais medidas proporcionais.



3

290655

4535618

UNIDADE




15




R\$20,19




R\$302,85

			(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)				
4	290655	4535642	<p><b>Láurea de Mérito Pessoal de 4º Grau, confeccionada em metal cromado e couro preto.</b></p> <p>Medalhão de metal de três centímetros de diâmetro sobreposto a uma placa de couro, com a seguinte composição:</p> <p>1) um suporte de couro de forma quadrada, pespontado, medindo 3,5 cm de lado, com os cantos levemente arredondados;</p> <p>2) um círculo exterior de 0,35 cm de espessura contendo, em dimensões proporcionais, na parte superior, a inscrição Polícia Militar e na parte inferior a inscrição São Paulo;</p> <p>3) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, uma circunferência de 2,65 cm de diâmetro;</p> <p>4) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, um mapa estilizado do Estado de São Paulo, com 1,8 cm de altura e 3 cm de largura;</p> <p>5) sobreposto ao mapa, igualmente concêntrico e em relevo, o Escudo do Brasão de Armas da Polícia Militar, com 1 cm de largura e demais medidas proporcionais.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	UNIDADE	15	R\$20,19	R\$302,85
			<p><b>Láurea de Mérito Pessoal de 5º Grau, confeccionada em metal bronzado e couro preto.</b></p> <p>Medalhão de metal de três centímetros de diâmetro sobreposto a uma placa de couro, com a seguinte composição:</p>				



5	290655	4535650	<p>1) um suporte de couro de forma quadrada, pespontado, medindo 3,5 cm de lado, com os cantos levemente arredondados;</p> <p>2) um círculo exterior de 0,35 cm de espessura contendo, em dimensões proporcionais, na parte superior, a inscrição Polícia Militar e na parte inferior a inscrição São Paulo;</p> <p>3) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, uma circunferência de 2,65 cm de diâmetro;</p> <p>4) sobreposto ao círculo, concêntrico a este, em relevo, um mapa estilizado do Estado de São Paulo, com 1,8 cm de altura e 3 cm de largura;</p> <p>5) sobreposto ao mapa, igualmente concêntrico e em relevo, o Escudo do Brasão de Armas da Polícia Militar, com 1 cm de largura e demais medidas proporcionais.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	UNIDADE	15	R\$20,19	R\$302,85
6	600916	4657047	<p><b>Distintivo Bucaneiro para Oficiais em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e dourada, com as bordas costuradas.</p> 	Unidade	20	R\$11,90	R\$238,00


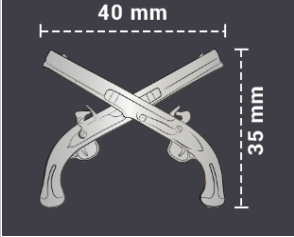
			(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)				
7	600916	4657039	<b>Distintivo Bucaneiro para Praças em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b>  A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e cinza, com a borda medindo 1mm na cor cinza.    (A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)	Unidade	25	R\$10,63	R\$265,75
8	600916	4656970	<b>Distintivo Divisa para Subtenentes em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b>  A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e cinza, com a borda medindo 1mm na cor cinza.    (A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)	Unidade	5	R\$10,63	R\$53,15
9	600916	4656962	<b>Distintivo Divisa para 1º Sargentos em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b>  A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e cinza, com a borda medindo 1mm na cor cinza.  	Unidade	15	R\$10,63	R\$159,45

			(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)				
10	600916	4656954	<b>Distintivo Divisas para 2º Sargentos em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b>  A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e cinza, com a borda medindo 1mm na cor cinza.    (A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)	Unidades	20	R\$10,63	R\$212,60
11	600916	4656946	<b>Distintivo Divisas para 3º Sargentos em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b>  A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e cinza, com a borda medindo 1mm na cor cinza.    (A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)	Unidade	20	R\$10,63	R\$212,60
12	600916	5672430	<b>Distintivo Divisas para Coronel PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b>  A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e dourada, com a borda medindo 1mm na cor cinza.    (A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)	Unidade	5	R\$10,63	R\$53,15

13	600916	4657020	<p><b>Distintivo Divisas para Tenente-Coronel PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta, cinza e dourada, com a borda medindo 1mm na cor cinza.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	5	R\$10,63	R\$53,15
14	600916	4657012	<p><b>Distintivo Divisas para Major PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4.</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta, cinza e dourada, com a borda medindo 1mm na cor cinza.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	10	R\$10,63	R\$106,30
15	600916	4657004	<p><b>Distintivo Divisas para Capitão PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e cinza, com a borda medindo 1mm na cor cinza.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	10	R\$10,63	R\$106,30



16	600916	4656989	<p><b>Distintivo Divisas para 1º Tenente PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e cinza, com a borda medindo 1mm na cor cinza.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	10	R\$10,63	R\$106,30
17	600916	4656997	<p><b>Distintivo Divisas para 2º Tenente PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4.</b></p> <p>A base medindo 40 mm de largura por 20 mm de altura, nas cores preta e cinza, com a borda medindo 1mm na cor cinza.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	10	R\$10,63	R\$106,30
			<p><b>Brasão de Armas DPCDH, com Velcro.</b></p> <p>Material: Tecido com Velcro</p> <p>Formato: Trapezoidal</p> <p>Características adicionais:</p> <p>Aplicação: Uniforme da PMESP.</p>				

18	486866	5135311	 <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	35	R\$30,90	R\$1.081,50
19	446736	4243676	<p><b>Distintivos de Policiamento “Bucaneiro” para Praças em Metal</b></p> <p>Medindo 40mm de comprimento por 35 mm de largura, em metal.</p> <p>Sistema de fixação por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	20	R\$9,24	R\$184,80
20	446736	4243803	<p><b>Insígnia para Subtenentes em Metal</b></p> <p>Medindo 24mm em cada aresta do triângulo com 3 mm de espessura, em metal.</p> <p>Sistema de fixação por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente.</p>	Unidade	10	R\$9,85	R\$98,50



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

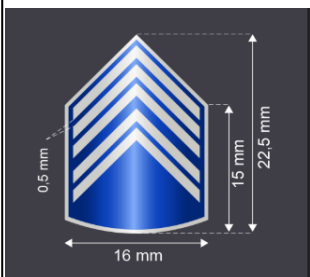
#### Insígnia para 1º Sargentos em Metal

Formato “chevron”, composto por cinco divisas sobrepostas em “V” invertido.

Largura total de 16 mm e altura total de 22,5 mm, sendo que a área correspondente às divisas deverá apresentar altura aproximada de 15 mm, com espessura média dos traços de 0,5 mm.

Fundo na cor azul em efeito degradê, enquanto as divisas na cor prata ou branco metálico, com acabamento de alto brilho.

Sistema de fixação por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente.



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

#### Insígnia para 2º Sargentos em Metal

Formato “chevron”, composto por quatro divisas sobrepostas em “V” invertido.

Largura total de 16 mm e altura total de 22,5 mm, sendo que a área correspondente às divisas deverá apresentar altura aproximada de 15 mm, com espessura média dos traços de 0,5 mm.

21

446736

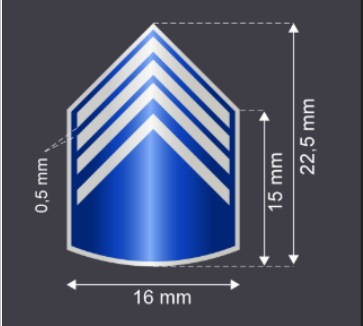
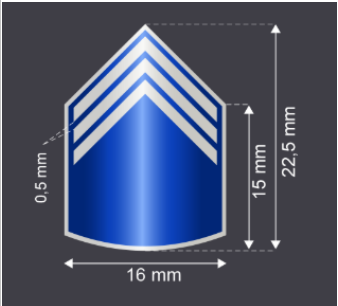
5672449

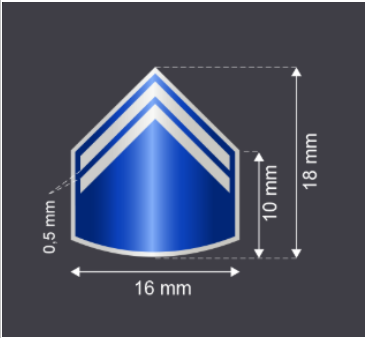
Unidade

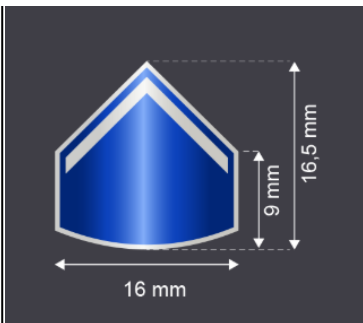
20

R\$9,50

R\$190,00

22	446736	5672457	<p>Fundo na cor azul em efeito degradê, enquanto as divisas na cor prata ou branco metálico, com acabamento de alto brilho.</p> <p>Sistema de fixação por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	20	R\$9,15	R\$183,00
23	446736	5672465	<p><b>Insígnia para 3º Sargentos em Metal</b></p> <p>Formato “chevron”, composto por três divisas sobrepostas em “V” invertido.</p> <p>Largura total de 16 mm e altura total de 22,5 mm, sendo que a área correspondente às divisas deverá apresentar altura aproximada de 15 mm, com espessura média dos traços de 0,5 mm.</p> <p>Fundo na cor azul em efeito degradê, enquanto as divisas na cor prata ou branco metálico, com acabamento de alto brilho.</p> <p>Sistema de fixação por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	20	R\$8,87	R\$177,40

24	446736	4243617	<p><b>Insígnia para Cabo em Metal</b></p> <p>Formato “chevron”, composto por duas divisas sobrepostas em “V” invertido.</p> <p>Largura total de 16 mm e altura total de 18 mm, sendo que a área correspondente às divisas deverá apresentar altura aproximada de 10 mm, com espessura média dos traços de 0,5 mm.</p> <p>Fundo na cor azul em efeito degradê, enquanto as divisas na cor prata ou branco metálico, com acabamento de alto brilho.</p> <p>Sistema de fixação por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	20	R\$8,52	R\$170,40
25	446736	4243811	<p><b>Insígnia para Soldado em Metal</b></p> <p>Formato “chevron”, composto por uma divisa em “V” invertido.</p> <p>Largura total de 16 mm e altura total de 16,5 mm, sendo que a área correspondente às divisas deverá apresentar altura aproximada de 9 mm, com espessura média do traço de 0,5 mm.</p> <p>Fundo na cor azul em efeito degradê, enquanto as divisas na cor prata ou branco metálico, com acabamento de alto brilho.</p> <p>Sistema de fixação por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente.</p>	Unidade	20	R\$8,17	R\$163,40



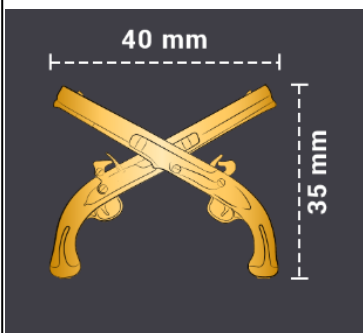
(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

**Distintivos de Policiamento  
"Bucaneiro" para Oficiais em Metal**

Na cor dourada.

Medidas: 40mm de largura e 35 mm de altura.

Sistema de fixação por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente.



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

**Insígnia para Coronéis PM em Metal**

Composta por estrela central de cinco pontas sobreposta a elemento circular, circundada por feixe de raios estilizados. O item deverá possuir diâmetro total aproximado de 12 mm.

Quanto às cores, a estrela central deverá ser na cor dourada, com fundo vermelho e contorno na cor azul, contendo este último 5 (cinco) estrelas pequenas na cor dourada margeando simetricamente a estrela central.

Ao fundo elemento circular com feixes simétricos estilizados na cor dourada com 8 (oito) pontas.

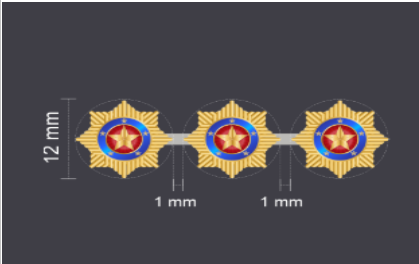
O sistema de fixação deverá ser composto por pino metálico localizado

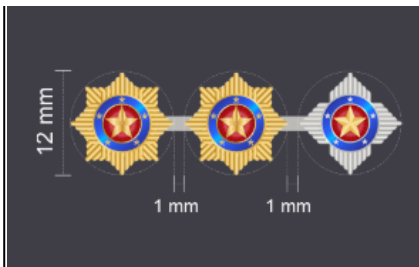
**Unidade**

**20**

**R\$12,09**

**R\$241,80**

27	446568	4243790	<p>na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente, garantindo firmeza na fixação ao uniforme e permitindo fácil colocação e remoção sem comprometer a integridade do material.</p> <p>Medidas: 12mm de altura e 1 mm de distância entre cada um dos elementos circulares.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	10	R\$15,61	R\$156,10
28	446568	4243781	<p><b>Insígnia para Tenente Coronel PM em Metal</b></p> <p>Composta por estrela central de cinco pontas sobreposta a elemento circular, circundada por feixe de raios estilizados na cor dourada nas duas primeiras estrelas e na cor prateada na última. O item deverá possuir diâmetro total aproximado de 12 mm.</p> <p>Quanto às cores, a estrela central de cada um dos três elementos deverá ser na cor dourada, com fundo vermelho e contorno na cor azul, contendo este último 5 (cinco) estrelas pequenas na cor dourada margeando simetricamente a estrela cental.</p> <p>Ao fundo elemento circular com feixes simétricos na cor dourada com 8 (oito) pontas nos dois primeiros elementos, e na cor prateada com 4 (quatro) pontas no último.</p> <p>O sistema de fixação deverá ser composto por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente, garantindo firmeza na fixação ao uniforme e permitindo fácil colocação e remoção sem comprometer a integridade do material.</p> <p>Medidas: 12mm de altura e 1 mm de distância entre cada um dos elementos circulares.</p>	Unidade	10	R\$15,26	R\$152,60



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

#### Insígnia para Major PM em Metal

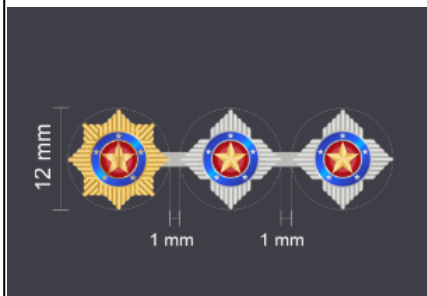
Composta por estrela central de cinco pontas sobreposta a elemento circular, circundada por feixe de raios estilizados na cor dourada nas duas primeiras estrelas e na cor prateada na última. O item deverá possuir diâmetro total aproximado de 12 mm.

Quanto às cores, a estrela central de cada um dos três elementos deverá ser na cor dourada, com fundo vermelho e contorno na cor azul, contendo este último 5 (cinco) estrelas pequenas na cor dourada margeando simetricamente a estrela central.

Ao fundo elemento circular com feixes simétricos na cor dourada com 8 (oito) pontas no primeiro elemento, e na cor prateada com 4 (quatro) pontas nos dois últimos.

O sistema de fixação deverá ser composto por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente, garantindo firmeza na fixação ao uniforme e permitindo fácil colocação e remoção sem comprometer a integridade do material.

Medidas: 12mm de altura e 1 mm de distância entre cada um dos elementos circulares.



(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)

29

446568

4243765

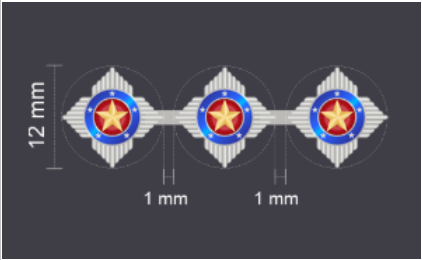
Unidade

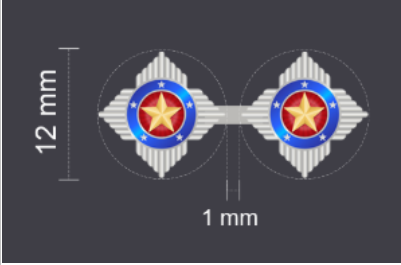
10



R\$14,92

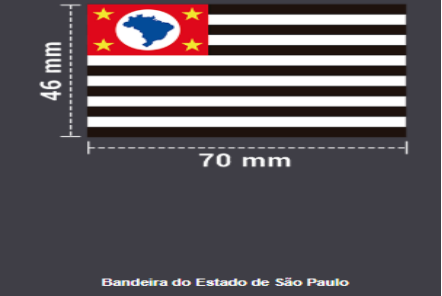
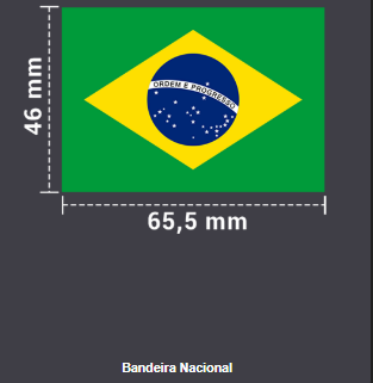
R\$149,20



30	446736	4243757	<p><b>Insígnia para Capitão PM em Metal</b></p> <p>Composta por estrela central de cinco pontas sobreposta a elemento circular, circundada por feixe de raios estilizados na cor prateada. O item deverá possuir diâmetro total aproximado de 12 mm.</p> <p>Quanto às cores, a estrela central de cada um dos três elementos deverá ser na cor dourada, com fundo vermelho e contorno na cor azul, contendo este último 5 (cinco) estrelas pequenas na cor dourada margeando simetricamente a estrela central.</p> <p>Ao fundo elemento circular com feixes simétricos na cor prateada com 4 (quatro) pontas.</p> <p>O sistema de fixação deverá ser composto por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente, garantindo firmeza na fixação ao uniforme e permitindo fácil colocação e remoção sem comprometer a integridade do material.</p> <p>Medidas: 12mm de altura e 1 mm de distância entre cada um dos elementos circulares.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	15	R\$14,53	R\$217,95
			<p><b>Insígnia para 1º Tenente em Metal</b></p> <p>Composta por estrela central de cinco pontas sobreposta a elemento circular, circundada por feixe de raios estilizados na cor prateada. O item deverá possuir diâmetro total aproximado de 12 mm.</p> <p>Quanto às cores, a estrela central de cada um dos dois elementos deverá ser na cor dourada, com fundo vermelho e contorno na cor azul, contendo este último 5 (cinco) estrelas pequenas na cor dourada margeando simetricamente a estrela central.</p> <p>Ao fundo elemento circular com feixes simétricos na cor prateada com 4 (quatro) pontas.</p>				

31	446736	4243706	<p>O sistema de fixação deverá ser composto por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente, garantindo firmeza na fixação ao uniforme e permitindo fácil colocação e remoção sem comprometer a integridade do material.</p> <p>Medidas: 12mm de altura e 1 mm de distância entre cada um dos dois elementos circulares.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	15	R\$13,79	R\$206,85
32	446736	4243714	<p><b>Insígnia para 2º Tenente em Metal</b></p> <p>Composta por estrela central de cinco pontas sobreposta a elemento circular, circundada por feixe de raios estilizados na cor prateada. O item deverá possuir diâmetro total aproximado de 12 mm.</p> <p>Quanto às cores, a estrela central do elemento deverá ser na cor dourada, com fundo vermelho e contorno na cor azul, contendo este último 5 (cinco) estrelas pequenas na cor dourada margeando simetricamente a estrela central.</p> <p>Ao fundo elemento circular com feixes simétricos na cor prateada com 4 (quatro) pontas.</p> <p>O sistema de fixação deverá ser composto por pino metálico localizado na parte posterior, acompanhado de trava tipo borboleta ou mecanismo equivalente, garantindo firmeza na fixação ao uniforme e permitindo fácil colocação e remoção sem comprometer a integridade do material.</p> <p>Medidas: 12mm de altura.</p>	Unidade	15	R\$11,94	R\$179,10

			 <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>				
33	456613	6262970	<p><b>Logomarca da Polícia Militar do Estado de São Paulo</b></p> <p>Material: Tecido com velcro macho e fêmea.</p> <p>Medidas: 80mm de largura x 65 mm altura</p> <p>Cor: Conforme modelo.</p> <p>Aplicação: Uniforme PMESP</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	50	R\$17,20	R\$860,00
34	456613	5090342	<p><b>Bandeira do Estado de São Paulo</b></p> <p>Medindo: 70mm de largura x 46mm de altura</p> <p>Material: Tecido com velcro macho e fêmea.</p> <p>Formato: Retangular</p> <p>Cor: Com as cores da bandeira do Estado de São Paulo.</p> <p>Aplicação: Uniforme PMESP</p>	Unidade	50	R\$17,20	R\$860,00

			 <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>				
35	604662	5090342	<p><b>Bandeira do Brasil</b></p> <p>Medindo: 65,5 mm de largura x 46 mm de altura</p> <p>Material: Tecido com Velcro macho e fêmea</p> <p>Formato: Retangular</p> <p>Características Adicionais: com as cores da Bandeira do Brasil.</p> <p>Aplicação: Uniforme PMESP</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	50	R\$20,00	R\$1.000,00
						TOTAL	R\$9.405,30





### 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas é a que segue, conforme a tabela abaixo:

ITEM	COMPRAS. GOV	ITEM /BEC	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE




1	290655	4535596	<p>Láurea de Mérito Pessoal de 1º Grau, confeccionada em Metal Esmaltado e Couro Branco, conforme Boletim Geral PMESP Nº 097 /2009. (Quadrada).</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	UNIDADE	10
2	290655	4535600	<p>Láurea de Mérito Pessoal de 2º Grau, confeccionada em metal dourado e couro vermelho.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	UNIDADE	15
3	290655	4535618	<p>Láurea de Mérito Pessoal de 3º Grau, confeccionada em metal prateado e couro vermelho.</p> 	UNIDADE	15

			(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)		
4	290655	4535642	<p><b>Láurea de Mérito Pessoal de 4º Grau, confeccionada em metal cromado e couro preto.</b></p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	UNIDADE	15
5	290655	4535650	<p><b>Láurea de Mérito Pessoal de 5º Grau, confeccionada em metal bronzado e couro preto.</b></p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	UNIDADE	15
6	600916	4657047	<p><b>Distintivo Bucaneiro para Oficiais em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b></p> 	Unidade	20

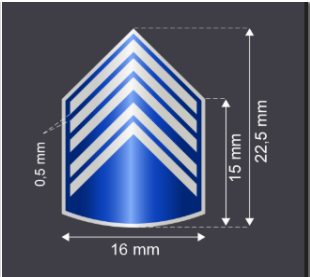
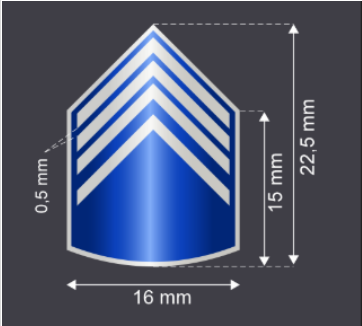
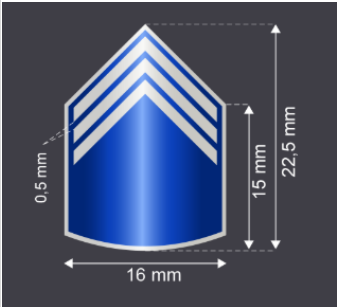
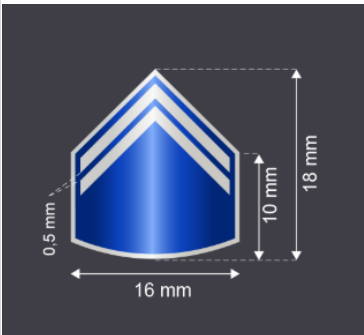
			(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)		
7	600916	4657039	<b>Distintivo Bucaneiro para Praças em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b>  (A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)	Unidade	25
8	600916	4656970	<b>Distintivo Divisa para Subtenentes em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b>  (A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)	Unidade	5
9	600916	4656962	<b>Distintivo Divisa para 1º Sargentos em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b>  (A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)	Unidade	15
10	600916	4656954	<b>Distintivo Divisas para 2º Sargentos em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b> 	Unidades	20

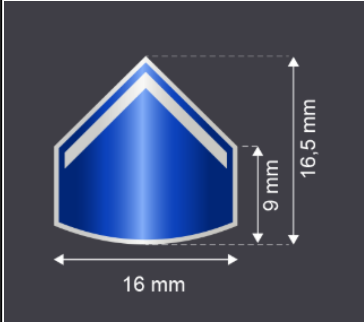
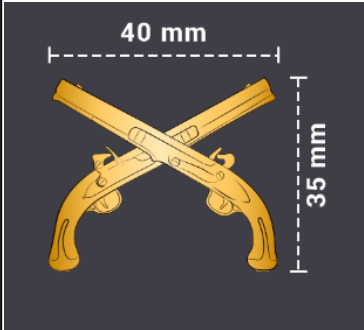
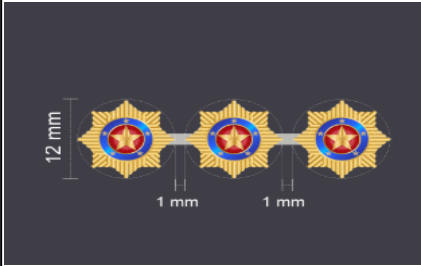
			(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)		
11	600916	4656946	<b>Distintivo Divisas para 3º Sargentos em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b>  (A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)	Unidade	20
12	600916	5672430	<b>Distintivo Divisas para Coronel PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b>  (A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)	Unidade	5
13	600916	4657020	<b>Distintivo Divisas para Tenente-Coronel PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b>  (A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)	Unidade	5
14	600916	4657012	<b>Distintivo Divisas para Major PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4.</b> 	Unidade	10

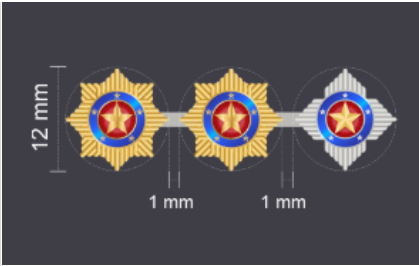
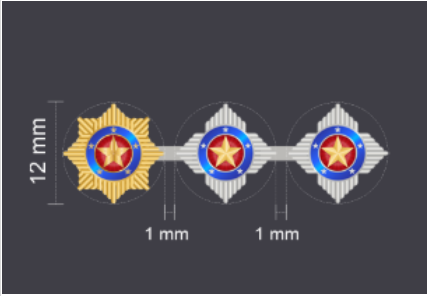
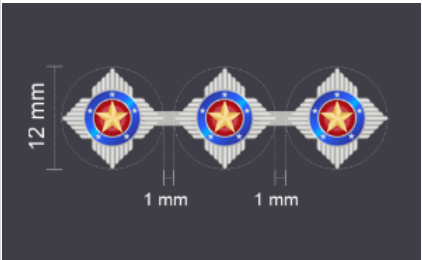
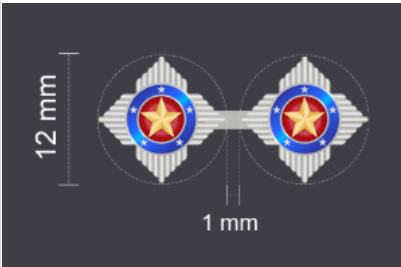


			(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)		
15	600916	4657004	<b>Distintivo Divisas para Capitão PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b>  (A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)	Unidade	10
16	600916	4656989	<b>Distintivo Divisas para 1º Tenente PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4</b>  (A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)	Unidade	10
17	600916	4656997	<b>Distintivo Divisas para 2º Tenente PM em Borracha (Velcro Macho/fêmea), Tipo B-4.</b>  (A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)	Unidade	10
			<b>Brasão de Armas DPCDH, com Velcro.</b>		

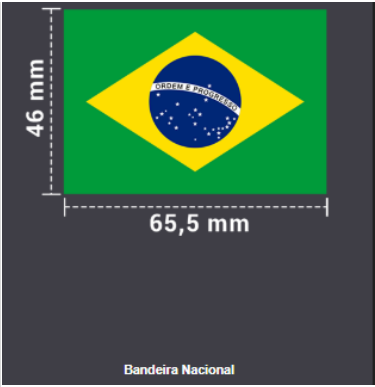
18	486866	5135311	 <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	35
19	446736	4243676	<p><b>Distintivos de Policiamento “Bucaneiro” para Praças em Metal</b></p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	20
20	446736	4243803	<p><b>Insígnia para Subtenentes em Metal</b></p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	10
			<p><b>Insígnia para 1º Sargentos em Metal</b></p>		

21	446736	5672449	 <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	20
22	446736	5672457	<p><b>Insígnia para 2º Sargentos em Metal</b></p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	20
23	446736	5672465	<p><b>Insígnia para 3º Sargentos em Metal</b></p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	20
24	446736	4243617	<p><b>Insígnia para Cabo em Metal</b></p> 	Unidade	20

			(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)		
25	446736	4243811	<p><b>Insígnia para Soldado em Metal</b></p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	20
26	446568	4243684	<p><b>Distintivos de Policiamento “Bucaneiro” para Oficiais em Metal</b></p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	20
27	446568	4243790	<p><b>Insígnia para Coronéis PM em Metal</b></p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	10
			<b>Insígnia para Tenente Coronel PM em Metal</b>		

28	446568	4243781	 <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	10
29	446568	4243765	<p><b>Insígnia para Major PM em Metal</b></p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	10
30	446736	4243757	<p><b>Insígnia para Capitão PM em Metal</b></p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	15
31	446736	4243706	<p><b>Insígnia para 1º Tenente em Metal</b></p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	15
			<b>Insígnia para 2º Tenente em Metal</b>		

32	446736	4243714	 <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	15
33	456613	6262970	<p><b>Logomarca da Polícia Militar do Estado de São Paulo</b></p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	50
34	456613	5090342	<p><b>Bandeira do Estado de São Paulo</b></p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	50
			<p><b>Bandeira do Brasil</b></p>		

35	604662	5090342	 <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	50
----	--------	---------	--	---------	----

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 9.405,30

8.1. A estimativa foi feita com base inciso I do Art. 23 da Lei Nº 14.133 de 01ABR21 e na Pesquisa de Preços Nº 17/2026. Este valor é uma estimativa e não representa o custo final, que poderá ser reduzido conforme as propostas apresentadas pelas empresas participantes do certame.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não há necessidade do parcelamento da solução.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes que guardem afinidade com o objeto da contratação aqui pretendida.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado. O valor apresentado neste Estudo é estimado, com base na Pesquisa de Preços nº 17/26, e poderá sofrer ajuste após o certame, em função da proposta vencedora e da efetiva contratação, ocasião em que será realizada a devida reserva orçamentária.
- 11.2. Esta Contratação não está alinhada com o PCA - 2026, tendo em vista que nos termos do artigo 6º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 67.689/2023, que remete ao artigo 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, e considerando a atualização dos valores estabelecidos por meio do Decreto nº 47/25, verifica-se que o valor estimado para esta contratação está abaixo do limite previsto atualmente, que é R\$ 13.098,41 (treze mil e noventa e oito reais e quarenta e um centavos). Dessa forma, não se fez necessária a sua inclusão no Plano de Contratações Anual do corrente exercício.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A aquisição de láureas, distintivos e insígnias para o fardamento da Polícia Militar visa materializar o reconhecimento institucional pelos serviços prestados, atos de bravura e o mérito intelectual dos integrantes da corporação. Estes itens são elementos fundamentais da valorização profissional, servindo como símbolos visíveis da dedicação e da trajetória do policial militar, o que fomenta a motivação e o orgulho em pertencer à instituição.

12.2. A correta padronização e a disponibilidade desses acessórios garantem a manutenção do garbo militar e a integridade da identidade visual da PM. O uso de insígnias e distintivos de alta qualidade não apenas distingue a hierarquia e as especialidades técnicas, mas também reforça a imagem institucional perante a sociedade, transmitindo valores de disciplina, organização e profissionalismo inerentes à atividade policial.

12.3. O investimento na simbologia do fardamento impacta diretamente a autoestima do efetivo e o fortalecimento do espírito de corpo. Policiais militares devidamente condecorados e identificados sentem-se reconhecidos pelo Estado, o que se traduz em um desempenho operacional mais engajado. Assim, a aquisição destes materiais contribui para a elevação do moral da tropa, refletindo em um policiamento mais eficiente e na consolidação da autoridade policial junto à comunidade.

## 13. Providências a serem Adotadas

### Local de Retirada e Entrega

13.1. A empresa vencedora deverá entregar os materiais a serem produzidos: Av. Cruzeiro do Sul, 260, 1º Andar - sala 155, Centro Administrativo da Polícia Militar, Bairro Canindé – São Paulo – SP.

13.2. A empresa deverá ainda cumprir o prazo de **30 dias** para a entrega dos materiais após assinatura do contrato.

13.3. Os materiais serão entregues dentro do horário de expediente administrativo, de 2ª a 6ª feira, no horário compreendido entre 09h00 às 11h30 e das 14h00 às 17h30.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Na presente demanda, não se observa previsões de impacto ambiental para o setor requisitante.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando que a valorização policial-militar é institucionalizada através de normas internas, e que para tanto é necessário ofertar láureas, insígnias e distintivos.

Considerando que há ampla oferta dos itens ora licitados no mercado, não se vislumbrando fracasso ou falta de propostas.

A equipe de planejamento declara viável a contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



**SANDRA ALVES DA SILVA**

2º Ten PM Ch Seq Adm



*Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 09:20:28.*



# Governo do Estado de São Paulo

2026NE00000

UG	180220 - CENTRO MEDICO
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	

CNPJ/CPF/UG					
Credor					
Endereço					
Cidade		UF		CEP	

Origem Material	1
-----------------	---

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
000000	18004	000000000000000000	000000000		180013	000.000.0100	000000

		Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI 14133/21		
Licitação		Modalidade	1 - ORDINARIO		
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC	

Valor do Empenho R\$	00,00
----------------------	-------

Cronograma					
		00	00,00		
Sequência	001	Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	00,00
Descrição					



# Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

XXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXX

**Ordenador da Despesa**

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

PROCESSO Nº 057.00161013/2026-28

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	CATMAT	ITEM SIAFISICO	QTD	ALOR ITÁRIO	VALOR TOTAL
01							

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento do objeto, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte e embalagem.

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:  
RG:  
CPF:

DADOS BANCÁRIOS NO BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA:  
CONTA CORRENTE:

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 (sessenta) dias.

**DATA:**

CARIMBO PADRÃO DO CNPJ

---

**Representante Legal**